

Ricardo Alexandre

DIREITO TRIBUTÁRIO

esquematizado

- Em consonância com a jurisprudência atualizada do STF e do STJ
- Análise dos entendimentos adotados pelo CESPE, ESAF, FCC e FGV
- Gráficos e quadros esquemáticos
- Inclui **CADERNO DE QUESTÕES** das principais bancas



Com **videoaulas** de temas explorados na obra

Abordagem completa das matérias que compõem os editais dos principais concursos

9.ª
edição | revista,
atualizada
e ampliada

Sumário

LISTA DE ABREVIATURAS	XXIX
------------------------------------	-------------

1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	1
1.1 O Direito Tributário como ramo do Direito Público	1
1.2 Atividade financeira do Estado	4
1.3 Definição de tributo	8
1.3.1 Prestação pecuniária, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir	9
1.3.2 Prestação compulsória.....	11
1.3.3 Prestação que não constitui sanção de ato ilícito.....	12
1.3.4 Prestação instituída em lei	14
1.3.5 Prestação cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada	14
1.4 Os tributos em espécies.....	17
1.4.1 A determinação da natureza jurídica específica do tributo....	18
1.4.2 Os impostos.....	22
1.4.2.1 A criação dos impostos.....	24
1.4.2.2 Os impostos e o princípio da capacidade contributiva.....	25
1.4.3 As taxas	26
1.4.3.1 Taxas de polícia	27
1.4.3.2 Taxas de serviço.....	29
1.4.3.3 A base de cálculo das taxas.....	32
1.4.3.4 Taxas e preços públicos – Notas distintivas	37
1.4.4 As contribuições de melhoria	40
1.4.4.1 O cálculo da contribuição de melhoria	44

1.4.5	Os empréstimos compulsórios.....	46
1.4.5.1	Competência, casos e forma de instituição	47
1.4.5.2	Destinação da arrecadação.....	49
1.4.5.3	Restituição.....	50
1.4.6	As contribuições especiais.....	51
1.4.6.1	Contribuições sociais.....	56
1.4.6.2	Contribuições de Seguridade Social e outras contribuições sociais.....	56
1.4.6.3	Contribuições sociais gerais	58
1.4.6.4	Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE	62
1.4.6.5	Contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas – Contribuições corporativas ...	65
1.4.6.5.1	Contribuição sindical.....	65
1.4.6.5.2	Contribuições corporativas para o custeio das entidades de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas	66
1.4.6.6	A Contribuição de Iluminação Pública – COSIP ...	69
1.5	Classificações doutrinárias dos tributos.....	73
1.5.1	Quanto à discriminação das rendas por competência: federais, estaduais ou municipais.....	73
1.5.2	Quanto ao exercício da competência impositiva: privativos, comuns e residuais.....	74
1.5.3	Quanto à finalidade: fiscais, extrafiscais e parafiscais.....	74
1.5.4	Quanto à hipótese de incidência: vinculados e não vinculados.....	75
1.5.5	Quanto ao destino da arrecadação: da arrecadação vinculada e da arrecadação não vinculada.....	76
1.5.6	Quanto à possibilidade de repercussão do encargo econômico-financeiro: diretos e indiretos	76
1.5.7	Quanto aos aspectos objetivos e subjetivos da hipótese de incidência: reais e pessoais	77
1.5.8	Quanto às bases econômicas de incidência – A classificação do CTN.....	78
 2.	LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR..	81
2.1	A relação tributária como relação jurídica.....	82
2.2	As garantias como rol não exaustivo.....	82

2.3	Quando as garantias configuram cláusulas pétreas.....	83
2.3.1	As limitações que constituem garantias individuais do contribuinte.....	83
2.3.2	As limitações que constituem proteção a outras cláusulas pétreas	84
2.4	Princípios ou regras?	85
2.5	A legalidade	86
2.5.1	Demais matérias sujeitas à reserva legal	87
2.5.2	Exceções ao princípio	88
2.5.3	Legalidade e delegação legislativa	91
2.5.4	Legalidade e medida provisória.....	93
2.6	Princípio da isonomia.....	95
2.6.1	Acepções do princípio	95
2.6.2	A isonomia tributária na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	96
2.6.2.1	A contribuição previdenciária dos servidores inativos – Discriminação de servidores de diferentes esferas	97
2.6.2.2	Discriminação com base na função ou ocupação exercida.....	97
2.6.2.3	Discriminação entre as empresas lucrativas e deficitárias	98
2.6.2.4	O Simples – Discriminação entre empresas com base na atividade exercida	99
2.6.3	Isonomia e capacidade contributiva.....	100
2.7	O princípio da não surpresa.....	105
2.7.1	Princípio da irretroatividade	107
2.7.1.1	Irretroatividade e CSLL	109
2.7.1.2	Irretroatividade e IR.....	110
2.7.2	Princípio da anterioridade do exercício financeiro	115
2.7.2.1	Exceções à anterioridade do exercício financeiro....	117
2.7.2.2	Anterioridade e revogação de benefícios fiscais.....	119
2.7.2.3	Anterioridade e medidas provisórias	121
2.7.3	Princípio da anterioridade nonagesimal ou noventena	121
2.7.3.1	Noventena e medidas provisórias.....	123
2.7.3.2	Exceções à noventena	125

2.8	Princípio do não confisco.....	127
2.8.1	A configuração de confisco	127
2.8.2	Perspectivas dinâmica e estática da tributação do patrimônio	131
2.8.3	Pena de perdimento e confisco	132
2.8.4	Taxas e princípio do não confisco.....	133
2.8.5	Multas e princípio do não confisco.....	133
2.9	Princípio da liberdade de tráfego	134
2.10	Vedações específicas à União – A proteção ao pacto federativo.....	137
2.10.1	O princípio da uniformidade geográfica da tributação	137
2.10.2	Vedaçāo à utilização do IR como instrumento de concorrência desleal – Princípio da uniformidade da tributação da renda...	138
2.10.3	Princípio da vedação às isenções heterônomas	139
2.10.3.1	Isenções heterônomas constitucionalmente permitidas	140
2.10.3.2	O caso da isenção decorrente de tratado internacional.....	141
2.11	Princípio da não discriminação baseada em procedência ou destino.....	144
2.12	Exigência de Lei Específica para Concessão de Benefícios Fiscais ...	145
2.13	Imunidades.....	152
2.13.1	Diferenciação de institutos assemelhados.....	152
 2.13.2	Imunidades e isenções	154
2.13.3	Classificações doutrinárias das imunidades tributárias	157
2.13.3.1	Quanto ao parâmetro para concessão: imunidades subjetivas, objetivas e mistas	157
2.13.3.2	Quanto à origem: ontológicas e políticas.....	159
2.13.3.3	Quanto ao alcance: gerais e específicas	159
2.13.3.4	Quanto à forma de previsão: explícitas e implícitas	160
2.13.3.5	Quanto à necessidade de regulamentação: incondicionadas e condicionadas.....	161
2.13.4	As imunidades tributárias em espécie	161
2.13.4.1	A imunidade tributária recíproca.....	161
2.13.4.2	A imunidade tributária religiosa.....	171

2.13.4.3 A imunidade tributária dos partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades educacionais e assistenciais sem fins lucrativos	173
2.13.4.4 A imunidade tributária cultural	180
2.13.5 Imunidade tributária da música nacional.....	186
2.13.5.1 Detalhamento do objeto da imunidade	187
2.13.5.2 Tributos abrangidos.....	189
2.13.6 Demais imunidades previstas na CF/1988	189
3. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA & LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ..	191
3.1 Competência para legislar sobre Direito Tributário e competência tributária – Diferenças	191
3.1.1 Competência para legislar sobre Direito Tributário.....	192
3.1.1.1 O Código Tributário Nacional como norma geral em matéria tributária – Teoria da recepção	194
3.1.1.2 A regulação das limitações constitucionais ao poder de tributar	196
3.1.1.3 As disposições sobre conflitos de competência	197
3.1.2 Competência tributária.....	198
3.1.3 A repartição da competência tributária.....	201
3.1.3.1 A competência tributária privativa	202
3.1.3.2 A competência tributária comum	203
3.1.3.3 Competência tributária cumulativa.....	204
3.1.3.4 Bitributação e <i>bis in idem</i>	205
3.1.3.4.1 <i>Bis in idem</i>	206
3.1.3.4.2 Bitributação	206
3.2 Legislação tributária.....	209
3.2.1 As leis.....	211
3.2.1.1 A lei em sentido estrito	211
3.2.1.2 As medidas provisórias.....	213
3.2.1.3 As leis delegadas.....	213
3.2.1.4 As resoluções do Senado Federal	213
3.2.1.5 Os decretos legislativos	215
3.2.1.6 Os decretos-leis	215
3.2.2 Tratados e convenções internacionais.....	215

3.2.2.1	O art. 98 do CTN	217
3.2.2.1.1	O impacto do tratado internacional sobre o direito interno	217
3.2.2.1.2	Os tratados internacionais e a legislação tributária superveniente – A visão do STF ...	219
3.2.2.1.3	Tratados normativos e contratuais e a legislação tributária superveniente – A visão do STJ	220
3.2.2.1.4	O Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT).....	221
3.2.3	Os decretos.....	223
3.2.4	As normas complementares	224
3.2.4.1	Os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas	224
3.2.4.2	As decisões dos órgãos coletivos e singulares de jurisdição administrativa a que a lei atribua eficácia normativa	225
3.2.4.3	As práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas	226
3.2.4.4	Os convênios que entre si venham a celebrar a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.....	228
3.3	Vigência e aplicação da legislação tributária.....	229
3.3.1	Validade, vigência e eficácia – noções gerais	229
3.3.2	Vigência da legislação tributária no CTN.....	232
3.3.2.1	Vigência espacial.....	233
3.3.2.1.1	A extraterritorialidade prevista em convêniio de cooperação.....	234
3.3.2.1.2	A extraterritorialidade prevista em norma geral nacional	235
3.3.2.2	Vigência temporal.....	235
3.3.2.3	O art. 104 do CTN e o princípio da anterioridade...	238
3.3.3	Aplicação da legislação tributária.....	239
3.3.3.1	Princípio da irretroatividade no CTN	240
3.3.3.2	Exceções legais ao princípio da irretroatividade	242
3.3.3.2.1	A lei expressamente interpretativa.....	242
3.3.3.2.2	A lei mais benéfica acerca de infrações e penalidades.....	246

 4. INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA....	249
4.1 Noções gerais de interpretação	249
4.2 Critérios de interpretação	251
4.2.1 Interpretação quanto à fonte	251
4.2.2 Interpretação quanto aos efeitos ou resultados	252
4.3 Interpretação da legislação tributária no Código Tributário Nacional.....	254
4.3.1 A interpretação necessariamente literal de determinados institutos	254
4.3.2 A interpretação benigna em matéria de infrações	256
4.3.3 Princípios de Direito Privado e princípios de Direito Público	258
4.4 O princípio do <i>pecunia non olet</i>	262
4.5 Integração da legislação tributária	263
4.5.1 Discretariedade interpretativa e limitações ao uso das técnicas de integração.....	266
 5. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	269
5.1 Considerações iniciais.....	269
5.2 Obrigação tributária principal	271
5.3 Obrigação tributária acessória.....	272
5.4 Teoria do Fato Gerador.....	274
5.4.1 Fato gerador da obrigação principal.....	276
5.4.2 Fato gerador da obrigação acessória	277
5.4.3 Fato gerador e princípio da legalidade.....	277
5.4.4 O momento da ocorrência do fato gerador.....	279
5.4.4.1 Fato gerador definido com base em situação de fato	280
5.4.4.2 Fato gerador definido com base em situação jurídica...	281
5.4.4.3 As situações jurídicas condicionadas	281
5.5 Evasão, elisão e elusão tributária	283
5.6 Norma geral de antielisão fiscal	286
5.7 Elementos subjetivos da obrigação tributária	288
5.7.1 Sujeito ativo da obrigação tributária	288
5.7.2 Sujeito passivo da obrigação tributária	292

5.7.3	Solidariedade	296
5.7.3.1	Características da solidariedade.....	298
5.7.4	Capacidade tributária passiva.....	301

5.8	Domicílio tributário	303
-----	----------------------------	-----

6. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA 309

6.1	considerações iniciais.....	309
6.2	Modalidades de responsabilidade.....	311
6.3	Responsabilidade por transferência.....	312
6.4	Responsabilidade por substituição	313
6.4.1	Substituição tributária regressiva	314
6.4.2	Substituição tributária progressiva	315
6.4.2.1	A constitucionalidade da sistemática da substituição progressiva	317
6.4.2.2	A questão da restituição	320
6.5	Disciplina legal da responsabilidade por sucessão.....	323
6.5.1	A responsabilidade do adquirente de bens imóveis	324
6.5.1.1	O caso da apresentação de certidão negativa	325
6.5.1.2	O caso da arrematação em hasta pública	326
6.5.2	A responsabilidade do adquirente ou remitente de bens móveis.....	327
6.5.3	A responsabilidade na sucessão <i>causa mortis</i>	328
6.5.4	A responsabilidade na sucessão empresarial.....	333
6.5.4.1	A responsabilidade na fusão, incorporação, transformação, cisão e extinção de pessoas jurídicas	335
6.5.4.2	Os casos de extinção da sociedade.....	337
6.5.4.3	A responsabilidade do adquirente de fundo de comércio ou estabelecimento	338
6.6	Responsabilidade de terceiros	342
6.6.1	Responsabilidade de terceiros decorrentes de atuação regular ...	343
6.6.2	Responsabilidade de terceiros decorrentes de atuação irregular	347
6.7	Responsabilidade por infrações.....	353
6.7.1	Responsabilidade pessoal do agente	356
6.7.2	Denúncia espontânea de infrações.....	359

7. CRÉDITO TRIBUTÁRIO E LANÇAMENTO.....	365
7.1 Crédito tributário e lançamento	365
7.1.1 Competência para lançar	368
7.1.2 Lançamento como atividade vinculada.....	370
7.1.3 Legislação material e formal aplicável ao procedimento de lançamento.....	371
7.1.4 Taxa de câmbio aplicável ao procedimento de lançamento	374
7.1.5 Alteração do lançamento regularmente notificado.....	375
7.1.5.1 Impugnação pelo sujeito passivo	375
7.1.5.2 Recurso de ofício e recurso voluntário	376
7.1.5.3 Iniciativa de ofício da autoridade administrativa....	377
7.1.6 Erro de direito e erro de fato – Possibilidade de alteração do lançamento	378
7.2 Modalidades de lançamento	381
7.2.1 Lançamento de ofício ou direto.....	382
7.2.2 Lançamento por declaração ou misto.....	384
7.2.2.1 Retificação de declaração	386
7.2.2.2 Lançamento por arbitramento.....	388
7.2.3 Lançamento por homologação ou “autolançamento”	390
7.2.4 Modalidades de lançamento e autonomia.....	392
8. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	395
8.1 Considerações iniciais.....	395
8.2 Depósito do montante integral.....	398
8.3 Reclamações e recursos no processo administrativo fiscal.....	400
8.4 Liminar em mandado de segurança.....	403
8.5 Liminar ou tutela antecipada em outras espécies de ação judicial...	406
8.6 Moratória	407
8.6.1 Moratória parcelada e parcelamento – Diferenciação	410
8.6.2 Créditos abrangidos pela moratória	411
8.6.3 Moratória individual e direito adquirido	412
8.7 Parcelamento	415

 9. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	419
9.1 Considerações iniciais.....	419
9.1.1 Pagamento	422
9.1.1.1 Cumulatividade das multas.....	423
9.1.1.2 Pagamento e presunções civilistas	423
9.1.1.3 Local e prazo para pagamento.....	424
9.1.1.4 Efeitos da mora em Direito Tributário	425
9.1.1.4.1 Juros de mora, multa de mora e correção monetária – diferenças.....	426
9.1.1.4.2 Termo inicial da fluência de juros e da multa de mora.....	426
9.1.1.4.3 Processo administrativo de consulta.....	427
9.1.1.5 Forma de pagamento.....	427
9.1.1.6 Imputação em pagamento	429
9.1.1.7 Pagamento indevido e repetição de indébito	431
9.1.1.7.1 Restituição de tributo indireto	432
9.1.1.7.2 Restituição de juros e multas	437
9.1.1.7.3 Termo inicial da fluência de juros e correção monetária na restituição.....	438
9.1.1.7.4 Prazo para pleitear restituição no âmbito administrativo.....	444
9.1.1.7.5 Prazo na extinção não contenciosa do crédito	445
9.1.1.7.6 Prazo na extinção contenciosa do crédito...	447
9.1.1.7.7 Prazo para pleitear a restituição no âmbito judicial.....	449
9.1.2 Compensação.....	452
9.1.3 Transação	458
9.1.4 Remissão.....	460
 9.1.5 Decadência.....	462
9.1.5.1 Regra geral	466
9.1.5.2 Regra da antecipação de contagem.....	467
9.1.5.3 Regra da anulação de lançamento por vício formal....	468
9.1.5.4 Regra do lançamento por homologação	471
9.1.5.4.1 A tese dos “cinco mais cinco”	473
9.1.5.4.2 O entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça	475
9.1.5.4.3 O prazo decadencial e as contribuições para a Seguridade Social	478

9.1.6 Prescrição.....	479
9.1.6.1 Interrupção do prazo prescricional.....	480
9.1.6.1.1 O despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.....	481
9.1.6.1.2 O protesto judicial e a constituição em mora	482
9.1.6.1.3 A confissão de dívida.....	482
9.1.6.2 Suspensão do prazo prescricional	483
9.1.7 Conversão do depósito em renda	488
9.1.8 Pagamento antecipado e a homologação do lançamento	488
9.1.9 Consignação em pagamento julgada pela procedência	489
9.1.10 Decisão administrativa irreformável	493
9.1.11 Decisão judicial passada em julgado.....	494
9.1.12 Dação em pagamento em bens imóveis.....	494
10. EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	497
10.1 Considerações iniciais.....	497
10.1.1 Isenção	498
10.1.2 Anistia.....	503
11. GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	507
11.1 A questão terminológica.....	507
11.2 As garantias como rol não exaustivo.....	508
11.2.1 Renda e patrimônio do sujeito passivo respondendo pelo crédito tributário.....	509
11.2.2 Presunção de fraude na alienação ou oneração de bens ou rendas.....	511
11.2.3 A penhora <i>on-line</i>	513
11.2.4 Exigência de prova da quitação de tributos – As garantias indiretas	516
11.3 Os privilégios	518
11.3.1 Regra geral	518
11.3.2 Regras aplicáveis aos processos de falência e concordata	519
11.3.3 Regras aplicáveis aos processos de inventário e arrolamento	523
11.3.4 Regras aplicáveis aos processos de liquidação judicial ou voluntária	523

11.3.5 Autonomia do executivo fiscal	524
11.3.6 Concurso de preferência entre pessoas jurídicas de Direito Público	525
12. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	529
12.1 Considerações iniciais	529
12.2 Fiscalização	531
12.2.1 Poderes das autoridades fiscais	531
12.2.2 Os deveres das autoridades fiscais	536
12.2.2.1 O dever de documentar o início do procedimento....	537
12.2.2.2 O dever de manter sigilo e suas exceções.....	538
12.2.2.2.1 A transferência do sigilo	538
12.2.2.2.2 A divulgação das informações	540
12.2.2.2.3 A permuta de informações sigilosas entre entes tributantes.....	544
12.3 Dívida ativa.....	546
12.4 Certidões negativas	551
12.4.1 Certidões positivas com efeitos de negativas	552
12.4.2 Dispensa da apresentação de certidão negativa.....	553
12.4.3 Responsabilidade por expedição de certidão com erro	554
13. OS IMPOSTOS PREVISTOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	557
13.1 Impostos federais	557
13.1.1 Imposto sobre a Importação – II	558
13.1.1.1 Fato gerador.....	558
13.1.1.2 Base de cálculo	562
13.1.1.3 Contribuintes.....	563
13.1.1.4 Lançamento.....	563
13.1.1.5 Regimes aduaneiros especiais e regimes aduaneiros aplicados em áreas especiais	564
13.1.1.6 Visão geral do imposto.....	568
13.1.2 Imposto de Exportação – IE	568
13.1.2.1 Fato gerador.....	569
13.1.2.2 Base de cálculo	570
13.1.2.3 Contribuintes.....	570
13.1.2.4 Lançamento.....	571

106	13.1.2.5 Regimes aduaneiros especiais na exportação	571
106	13.1.2.6 Visão geral do imposto.....	572
107	13.1.3 Imposto de Renda – IR.....	572
108	13.1.3.1 Princípios constitucionais aplicáveis ao IR	573
108	13.1.3.2 Fato gerador.....	574
109	13.1.3.3 Base de cálculo	578
109	13.1.3.4 Contribuintes.....	579
109	13.1.3.5 Lançamento.....	579
110	13.1.3.6 Visão geral do imposto.....	580
110	13.1.4 Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	581
110	13.1.4.1 Seletividade.....	581
110	13.1.4.2 Não cumulatividade.....	581
110	13.1.4.3 Imunidades.....	586
110	13.1.4.4 Incentivo na aquisição de bens de capital	587
110	13.1.4.5 Fato gerador.....	587
110	13.1.4.6 Base de cálculo	589
110	13.1.4.7 Contribuintes.....	589
110	13.1.4.8 Lançamento.....	589
110	13.1.4.9 Visão geral do imposto.....	590
111	13.1.5 Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	591
111	13.1.5.1 IOF sobre o ouro	591
111	13.1.5.2 Fato gerador.....	592
111	13.1.5.3 Base de cálculo	593
111	13.1.5.4 Contribuintes.....	593
111	13.1.5.5 Lançamento.....	593
111	13.1.5.6 Visão geral do imposto.....	594
112	13.1.6 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.....	594
112	13.1.6.1 Progressividade.....	595
112	13.1.6.2 Imunidade das pequenas glebas	596
112	13.1.6.3 Possibilidade de delegação da fiscalização e cobrança	597
112	13.1.6.4 Fato gerador.....	597
112	13.1.6.5 Base de cálculo	599
112	13.1.6.6 Contribuintes.....	599
112	13.1.6.7 Lançamento.....	600
112	13.1.6.8 Visão geral do imposto.....	600

13.1.7 Imposto sobre Grandes Fortunas – IGF.....	601
13.2 Impostos estaduais	601
13.2.1 Imposto sobre a Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação – ITCMD	603
13.2.1.1 A fixação de alíquotas máximas pelo Senado Federal – Vinculação e progressividade.....	603
13.2.1.2 Definição do Estado (ou Distrito Federal) competente para a cobrança	604
13.2.1.3 Fato gerador	605
13.2.1.4 Base de cálculo	607
13.2.1.5 Contribuintes.....	607
13.2.1.6 Lançamento.....	607
13.2.1.7 Visão geral do imposto.....	608
13.2.2 Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços – ICMS.....	608
13.2.2.1 O conceito de mercadoria.....	609
13.2.2.2 Os serviços tributados pelo ICMS.....	612
13.2.2.2.1 A tributação dos serviços de transporte e suas diversas vias	612
13.2.2.2.2 Serviços de comunicação, serviços de valor adicionado e atividades preparatórias.....	616
13.2.2.3 Seletividade.....	618
13.2.2.4 Não cumulatividade.....	618
13.2.2.5 O ICMS nas operações interestaduais	622
13.2.2.6 O ICMS nas importações	627
13.2.2.7 ICMS e operações de <i>leasing</i>	630
13.2.2.8 ICMS e as operações de comodato na importação	634
13.2.2.9 A tributação conjunta de mercadorias e serviços	635
13.2.2.10 Imunidades	637
13.2.2.10.1 Exportações	637
13.2.2.10.2 Combustíveis e lubrificantes derivados de petróleo e energia elétrica	638
13.2.2.10.3 Outras imunidades	640
13.2.2.11 ICMS sobre combustíveis e lubrificantes.....	640
13.2.2.12 Concessão de benefícios fiscais de ICMS	642
13.2.2.13 Fatos geradores	643

13.2.2.14 Bases de cálculo	644
13.2.2.15 Contribuintes	645
13.2.2.16 Lançamento	646
13.2.2.17 Visão geral do imposto	647
13.2.3 Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	648
13.2.3.1 Disposições constitucionais sobre o IPVA.....	648
13.2.3.2 Fato gerador, base de cálculo e contribuintes do IPVA.....	649
13.2.3.3 Lançamento.....	650
13.2.3.4 Visão geral do imposto.....	651
13.3 Impostos municipais	651
13.3.1 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	651
13.3.1.1 Progressividade fiscal em razão do valor do imóvel.....	652
13.3.1.2 Progressividade extrafiscal	653
13.3.1.3 Diferenciação de alíquotas de acordo com o uso e a localização do imóvel.....	655
13.3.1.4 Fato gerador.....	655
13.3.1.5 Base de cálculo	656
13.3.1.6 Contribuinte	657
13.3.1.7 Lançamento.....	658
13.3.1.8 Visão geral do imposto.....	659
13.3.2 Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI	659
13.3.2.1 Definição do município competente para a cobrança....	661
13.3.2.2 A imunidade nos eventos societários.....	662
13.3.2.3 Imunidade na transferência decorrente de reforma agrária	663
13.3.2.4 Fato gerador	664
13.3.2.5 Base de cálculo	665
13.3.2.6 Contribuinte	665
13.3.2.7 Lançamento.....	665
13.3.2.8 Visão geral do imposto.....	666

13.3.3 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS.....	666
13.3.3.1 Regime de alíquotas e concessão de benefícios do ISS.....	667
13.3.3.2 Isenção heterônoma nas exportações	669
13.3.3.3 Fato gerador.....	669
13.3.3.4 Base de cálculo	670
13.3.3.5 Contribuinte	670
13.3.3.6 Lançamento.....	670
13.3.3.7 Visão geral do imposto.....	671
14. REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS....	673
14.1 Noções gerais	673
14.2 Terminologia adotada.....	675
14.3 Espécies de repartição	675
14.4 Tributos cujas receitas estão sujeitas à repartição.....	676
14.5 Impostos cujas receitas não são repartidas	677
14.6 Casos de repartição direta previstos na Constituição Federal de 1988	678
14.6.1 Repartição direta do IOF-Ouro com o Distrito Federal ou com os Estados e Municípios	678
14.6.2 Repartição direta de receitas da União com os Estados e o Distrito Federal	678
14.6.3 Repartição direta de receitas da União com os Municípios..	679
14.6.4 Repartição direta de receitas dos Estados com os Municípios.....	680
14.7 Casos de repartição indireta previstos na Constituição Federal de 1988	683
14.7.1 Os fundos de participação e de incentivo ao setor produtivo do Norte, Nordeste e Centro-Oeste	684
14.7.2 O fundo de compensação à desoneração das exportações....	689
14.8 Garantias de repasse	690
15. O SIMPLES NACIONAL	693
15.1 Considerações iniciais	694
15.2 Conceito.....	696

15.3 Definição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP	697
15.4 As condições de enquadramento diferenciado por Estado, DF ou município	699
15.5 Vedações à opção.....	702
15.5.1 Vedação plena	703
15.5.2 Vedação parcial	704
15.6 Opção pelo regime.....	708
15.7 Exclusão do regime	710
15.8 Tributos incluídos na sistemática.....	712
15.9 Tributos não incluídos na sistemática	714
15.10 Tributos sujeitos a regras específicas	717
15.10.1 O Imposto de Renda retido na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras	717
15.10.2 O Imposto de Renda sobre os rendimentos pagos aos sócios	717
15.10.3 O ISS retido na fonte.....	719
15.10.4 Abatimento da base de cálculo do ISS dos materiais fornecidos	719
15.10.5 ISS e ICMS com valor fixo.....	720
15.10.6 Possibilidade de concessão unilateral de isenção ou redução da COFINS, PIS/PASEP e ICMS para produtos da cesta básica	721
15.10.7 Menor alíquota de IPTU para o Microempreendedor Individual – MEI	721
15.11 Substituição tributária e exportação.....	722
15.12 Desoneração da aquisição de bens para o ativo imobilizado	725
15.13 Percentuais de incidência e repartição das receitas.....	726
15.14 O microempreendedor individual – MEI e a sistemática de recolhimento em valores fixos	738
15.15 Obrigações acessórias a cargo do optante	740
15.16 Privilégio no cumprimento de novas obrigações.....	742
15.17 Responsabilidade tributária solidária dos sócios na dissolução da sociedade inativa.....	743
15.18 Domicílio fiscal eletrônico	744
15.19 Fiscalização compartilhada.....	746

